MARILU FREITAS

**Terceirização do trabalho: análise à luz da hermenêutica constitucional
do princípio da proporcionalidade**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo - SP

2018

MARILU FREITAS

**Terceirização do trabalho: análise à luz da hermenêutica constitucional
do princípio da proporcionalidade**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo - SP
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Freitas, Marilu.

Terceirização do trabalho: análise à luz da hermenêutica constitucional do princípio da proporcionalidade; orientador Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira. – São Paulo, 2018, 299 p.

Tese (Doutorado) – Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social. Área de Concentração: Direito do Trabalho

CDD

FREITAS, Marilu.

FREITAS, Marilu. *Terceirização do trabalho*: análise à luz da hermenêutica constitucional do princípio da proporcionalidade.

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao meu marido, Álvaro Antônio
Coutinho Costa, e aos meus filhos,
Ana Luísa Freitas Coutinho e
Antônio Augusto Freitas Coutinho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, símbolo de supremacia, fonte da minha energia, minha sustentação incessante.

Aos meus amigos e protetores espirituais, pelo equilíbrio e inspiração concedidos.

Ao meu marido, Álvaro Antônio Coutinho Costa, pelo seu amor, sua parceria e companheirismo; pelo seu suporte equilibrado e pela vida dedicada, minha eterna admiração, meus respeito e amor infinitos.

Aos meus filhos, Aninha e Gutinho, em nome do amor incondicional que lhes devoto, meus Presentes de Deus, mas também pelas suas compreensões nas ausências parciais constantes neste período, pelas suas frustrações contidas e tranquilidades restauradoras das forças necessárias, e, sobretudo, pelo sentido e pela Graça da vida compartilhada.

Aos meus pais, Amado Rocha de Freitas (*in memoriam*) e Maria da Conceição Silvério Freitas, pela vida plena de amor concebida, pelo amparo e pelos ensinamentos preciosos e valores edificantes que contribuíram decisivamente para a caminhada segura e feliz, meu reconhecimento eterno.

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhados, por me fazerem acreditar e viver o amor em família; em especial à minha irmã Tânia, por ser minha parceira e fiel companheira.

Aos meus sogros Álvaro Coutinho Costa (*in memoriam*) e Marlene de Oliveira Coutinho, pelo amor sincero, palpável e pelo apoio e incentivo vibrantes e genuínos.

Ao meu orientador, Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira, pelos ensinamentos e apoio, mas, principalmente, pela compreensão em momentos turbulentos da trajetória.

Aos meus diletos primos Silvana e Fernando de Paula, filhos e netos, pelo amor, carinho, apoio e estímulos recebidos, pela sustentação e pelos esforços motivadores de ânimo, os quais contribuíram para pavimentar esse caminho.

À minha família paulistano-sulista, Hano, Luís Shigueo (*in memoriam*), Laura, Theodora e, em especial, à irmã Cristina, pela bênção do ser, pelo amor vivenciado, confiança demonstrada e solidariedade irrestrita.

À minha irmã por escolha nesta vida, Maria Raquel Ferraz Zagari Valentim, de cujas emoções singulares, trocadas pelo olhar úmido, me abasteço, porque são fontes atemporais

de amor recíproco, e ao cunhado-compadre Kennedy, aos sobrinhos Estêvão, Maria Esther e Thomaz, pelo cuidado e suporte entregues sem reservas.

Às minhas irmãs de adoção no curso da vida: Patrícia Tuma Martins Bertolin, Dulce Helena, Regina Celi e Betânia da Silva Rocha, pelas vibrações de amor compartilhadas e pelas mais variadas e decisivas contribuições de cada uma para o projeto, em plena marcha, de vida feliz que idealizei.

Ao amigo Flávio Bellini de Oliveira Salles, com quem compartilho desde sempre a vida acadêmica, pela confiança, apoio e bem querer.

Ao amigo Jorge Luiz Souto Maior, pelos ensinamentos e por representar o melhor caminho a se seguir na vida profissional;

Aos amigos e irmãos João Luiz, Márcia e Luciana Correa dos Santos Reis, primeira família anfitriã em Sampa, pela sustentação, força e amparo.

Às minhas amigas de jornada Lilian Pinho Dias, Katbe Waquim Figueiredo Lira Bezerra, Ana Beatriz Koury Stratton e Janaina Vieira Castro, pela maravilhosa convivência nas aulas e amizade duradoura.

À minha mãezinha Mundinha, Irmã Hilda, Cleuds e Sandra pelos diferenciados cuidados e acolhimento protetor em suas vidas e no pensionato.

Às amigas Letícia Braga Machado dos Santos e Katia Vigo Ingar, pelas presenças marcantes, amparo e carinho numa convivência harmoniosa e inesquecível.

Aos servidores da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Mauro Lúcio, Maria de Lourdes, Márcia, Bruno e Karen, pela disponibilidade e atenção durante as pesquisas.

RESUMO

A terceirização é um fenômeno de aspecto liberal na economia do trabalho, com peculiaridades diversas quanto ao grau de abrangência e impactos nas relações trabalhistas. A investigação sobre suas origens, evolução e efetivação no Brasil é tema de reconhecida relevância, posto que em uma economia diversificada, em um País de tamanhas potencialidades, a legislação do trabalho tem papel de destaque no conjunto de fatores produtivos nacionais. Aspectos históricos, filosóficos, sociais e jurídicos, foram trazidos à cena, de modo a se perquirir quais deles contribuíram mais decisivamente para o estágio atual do fenômeno em terras nacionais. De igual modo, aprofundar o estudo sobre a questão humanística, envolta em sua implementação, foi essencial para descortinar-se os desdobramentos socioeconômicos da efetivação deste modelo de contratação de mão de obra. Neste plano, o da efetividade e da entrada em vigor da terceirização, buscou-se demonstrar a existência de colisão entre princípios fundamentais da Constituição da República, e, adicionalmente, a necessidade de observância e acatamento dos direitos sociais, consolidados na esfera subjetiva do trabalhador, por quaisquer atos limitadores de direitos. Concluiu-se que a terceirização é econômica e socialmente significativa, embora, no sopesamento de princípios por ela afetados, as restrições impostas pela sua implantação, especialmente aos direitos da dignidade da pessoa humana, lhe imprimam a marca da inconstitucionalidade.

Palavras-chave: Terceirização. Direito do Trabalho. Princípio da proporcionalidade. Constitucionalidade.

ABSTRACT

Outsourcing is a phenomenon of liberal aspect in the labor economy, with diverse peculiarities as to the degree of comprehensiveness and impacts in the labor relations. The research on its origins, evolution and effectiveness in Brazil is a matter of recognized relevance, since in a diversified economy, in a country with such potentialities, labor legislation plays a prominent role in the set of national productive factors. Historical, philosophical, social and legal aspects were brought to the scene in order to determine which of them contributed most decisively to the current state of the phenomenon on national lands. Likewise, to deepen the study on the humanistic question, involved in its implementation, was essential to unveil the socio-economic consequences of the implementation of this model of hiring of labor. In this plan, the effectiveness and the entry into force of outsourcing, sought to demonstrate the existence of a collision between fundamental principles of the Constitution of the Republic, and, additionally, the need for compliance and compliance with social rights, consolidated in the subjective sphere of the worker, for any limiting acts of rights. It was concluded that the outsourcing is economically and socially significant, although, in the balance of principles affected by it, the restrictions imposed by its implementation, especially the rights of the dignity of the human person, impresses the mark of unconstitutionality.

Keywords: Outsourcing. Labor Law. Principle of proportionality. Constitutionality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 A RELAÇÃO HOMEM E TRABALHO.....	21
1.1 Evolução histórica das relações de trabalho.....	21
1.1.1 A humanidade grega como fundamento da civilização ocidental. Relação com o trabalho humano.....	22
1.1.2 A relação homem e trabalho: justificativas.....	28
1.1.2.1 Concepções clássicas do homem e do trabalho.....	30
1.1.2.2 Concepções medievais do homem e do trabalho	39
1.1.2.3 Concepções modernas do homem e o surgimento do capitalismo.....	49
1.1.2.4 Concepções contemporâneas do homem e do trabalho.....	57
1.1.2.4.1 Sobre o capitalismo e as mudanças do trabalho	72
1.1.2.4.2 Os séculos XX e XXI e a inserção da terceirização na relação social	79
1.1.2.4.3 A implantação do toyotismo no Brasil e suas repercussões na relação homem e trabalho	89
2 A TERCEIRIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO	99
2.1 Etimologia	101
2.2 Conceito: visões do fenômeno no contexto histórico.....	102
2.3 Sujeitos da relação jurídica: trabalhador, empresa prestadora e empresa tomadora de serviços	105
2.4 Características da relação de trabalho terceirizada.....	114
2.4.1 Alienação	114
2.4.2 Esvaziamento como consequência da alienação	119
2.4.3 Precarização	122
2.4.4 Subjetividade do trabalhador	133
2.5 Modalidades de terceirização: tipologia e diferenças.....	136
2.5.1 Terceirização interna e externa	136
2.5.2 Terceirização da atividade-meio e da atividade-fim	140
2.5.3 Terceirização de serviços e intermediação de mão de obra	143
2.5.4 Terceirização e trabalho temporário	144

2.5.5	Formas alternativas de inserção no mercado de trabalho.....	145
2.5.5.1	Pejotização.....	146
2.5.5.2	Trabalho autônomo exclusivo	148
2.6	Terceirização às avessas	152
2.7	Legislação heterônoma.....	153
2.8	Terceirização nos moldes fixados pela jurisprudência trabalhista	156
2.8.1	Formação da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho: análise histórica-evolutiva e o pensamento jurisprudencial	157
2.9	O Supremo Tribunal Federal e a terceirização	162
2.9.1	A arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF nº 324.....	163
2.9.2	Repercussão geral jurídica	164
2.9.2.1	Repercussão geral nº 739.....	164
2.9.2.2	Repercussão geral nº 725.....	165
2.9.4	Do conteúdo das medidas ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal.....	166
2.10	Leis nº 13.429, de 31 de março de 2017, e nº 13.467, de 13 de julho de 2017	169
2.10.1	Breve evolução histórico-legislativa	169
2.10.2	Argumentos justificadores da implementação da terceirização e da mudança da legislação trabalhista vigente.....	173
2.11	A terceirização e a condição do trabalhador como escravo contemporâneo.....	177
2.11.1	Normativas de proteção nacional e internacional sobre a escravidão	178
2.11.2	Conceito de trabalho escravo	184
2.11.3	Terceirização como modelo de escravidão contemporânea.....	187
2.12	Influxos da terceirização no Chile no processo de flexibilização do direito do trabalho brasileiro: uma ótica ultraliberal.....	189

3 TERCEIRIZAÇÃO E A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA NA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL196

3.1	Princípios, regras e postulados: natureza jurídica e distinções.....	197
3.2	A proteção sociojurídica do trabalhador e sua relação com o Direito do Trabalho.....	202
3.2.1	Dimensões do princípio da proteção do trabalhador	205
3.2.2	Interpretação do princípio norteador do Direito do Trabalho	207
3.3	Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho	210
3.3.1	Da dignidade da pessoa humana	212

3.3.2	Da valorização do trabalho	217
3.3.3	Da proibição do retrocesso.....	224
3.3.4	Da proporcionalidade.....	227
3.3.4.1	Âmbito de incidência do princípio da proporcionalidade	230
3.4	Terceirização na nova hermenêutica: interpretação à luz do princípio da proporcionalidade.....	235
3.4.1	Terceirização sob a ótica do subprincípio da adequação.	239
3.4.2	Terceirização sob a ótica do subprincípio da necessidade.....	241
3.4.3	Terceirização sob a ótica da proporcionalidade estrita	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS		248
REFERÊNCIAS.....		251
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA		288

INTRODUÇÃO

As incríveis transformações não naturais às quais o Planeta Terra experimenta historicamente são fruto da engenhosidade criativa, decorrentes da relação homem e trabalho, não obstante as vicissitudes e distorções endógenas das criações humanas. As relações de trabalho são um traço evolutivo instigante. Isso torna esse tema fascinante e infundável. Analisado do ponto de vista histórico-filosófico, o trabalho e suas interações são capazes de provocar análises e teses tão diversas quanto complexas, aptas a contribuir de modo relevante para o aperfeiçoamento das próprias relações humanas.

Na relação entre o ser humano e o seu trabalho é que se encontram consubstanciadas as transformações do mundo, a envolver um universo destinado a alterar o desenvolvimento das sociedades.

A teoria da evolução das espécies, obra da natureza em milhões de anos, apresenta-se vinculada a certo arranjo coerente como a adaptação ao inóspito e a prevalência dos fortes para a perenização da vida, tudo em uma ordem natural de base competitiva.

Contudo, em se tratando de avanços operados pela inteligência e criatividade humanas, nas quais entram em jogo sensações, virtudes e vícios, e para os quais fazem diferença as manipulações próprias de anseios variados, de idiossincrasias diversas, é legítima, mais que isso, é adequada e oportuna, a presença de elementos de equilíbrio de forças contrapostas compatíveis com a noção de justiça, tanto quanto seja esta atingível.

Essencialmente dinâmico, o Direito tem tido papel decisivo nos avanços evolutivos das sociedades. Em linhas gerais, tem ele contribuído para implementar e salvaguardar conquistas históricas nos campos dos direitos humanos e das políticas econômico-sociais, notadamente com lastro em uma ambiência evolutiva originada do contrato social de Hobbes, Locke e Rousseau, entre os séculos XVI e XVIII.

A parcela de autonomia privada cedida ao Estado em nome do referido contrato social, a despeito das veleidades históricas ocorridas, fundamenta-se hoje, como no passado, na convicção de que a democracia representativa, por seus poderes constituídos, deve regular com maior eficácia e justiça as complexas relações entre particulares e as destes com o poder estatal.

O progresso e as conquistas humanas, como regra, não se experimentam aos saltos. A marcha evolutiva, constante e contínua, em cada quadra histórica e em seu curso normal,

requer certo equilíbrio entre os atores sociais mais e menos empoderados, sob pena de, não observada essa harmonia, revelar-se o potencial de rupturas institucionais.

Trata-se, portanto, de equilibrar justos interesses contrários, e, no campo das relações de trabalho, de se preservar princípios orientadores de uma economia moderna, forte e sustentável, como os da livre iniciativa e da propriedade privada, e de igual modo os relativos à proteção dos direitos dos trabalhadores, além das garantias fundamentais de base constitucional.

Adeptos do liberalismo econômico exacerbado, desde sempre, sustentaram que os avanços econômicos e sociais são, por assim dizer, decorrências lógicas de um mercado livre de intervenções estatais, que se autorregula com base na lei universal da oferta e da procura, em uma seletividade natural capaz de fazer prevalecer iniciativas e criações humanas mais adequadas, expungindo-se as imperfeitas, e de concepção frágil.

A teoria neoliberal preconiza um Estado enxuto, voltado a atividades estratégicas prioritárias, inclusive em sua capacidade normativo-regulatória. A receita, contudo, esbarra em uma difícil equação na qual variáveis como a liberdade na forma e a segurança do sistema precisam equilibrar-se com o indissociável/insubstituível elemento humano.

No curso da história mundial, a relação entre o homem e o trabalho alterna períodos de maior e de menor tensão, porém ainda nos dias atuais se busca um modelo ideal, no qual se assegure de um lado o investimento e a expectativa de justo retorno do capital/lucro, e de outro lado rendimentos de salário e condições de exercício da atividade que promovam estabilidade material e espiritual do trabalhador.

Visto por este ângulo, é legítimo indagar se esse conjunto de valores e representações pode ou deve estar condicionado de forma tão preponderante ao dito mercado, notadamente a uma corrente que preceitua o liberalismo extremado, no qual qualquer intervenção estatal apta a mitigar desvios do sistema ou a coibir abusos de poder econômico é considerada imprópria ou inadequada diante de uma venerada, porém virtual, autorregulação.

Tão ou mais importantes que a economia, outros saberes têm papel fundamental na formação de um modelo produtivo que seja capaz de sincronizar o mais idealmente possível os interesses aparentemente conflitantes nas relações de trabalho. É o caso da sociologia e ainda da filosofia, ambas ciências aptas a contribuir para a construção de um universo de convivência laboral mais humano e eficiente.

A construção desse modelo produtivo gerador de riquezas e de humanidades dificilmente poderá ser realizado pelos atores diretamente envolvidos no processo, o

trabalhador e o capitalista. Não obstante os progressos alcançados nas relações trabalhistas ao longo da história, é forçoso reconhecer que tais avanços sempre estão sendo espreitados e com frequência são alvos de retrocessos ou de tentativa de eliminação.

Dado o desequilíbrio de forças entre as partes envolvidas nas relações de trabalho, as negociações diretas, sem mediação, portanto, deverão resultar na ausência de razoabilidade e proporcionalidade nas concertações havidas, que de modo consciente ou não poderão comprometer interesses de longo prazo da sociedade pela satisfação imediata do lado mais forte da relação.

Longe de ser um entrave aos interesses do capital, o Estado deve ser agente ativo nas relações de trabalho, públicas ou privadas, seja na função regulatória, ao legislar e implementar medidas assecuratórias dos interesses envolvidos, seja na jurisdicional, ao mediar e decidir eventuais conflitos delas decorrentes.

O direito e a política têm destaque na promoção de uma ambiência adequada às constantes reformulações dos papéis de cada parte nas relações trabalhistas, notadamente o ramo especializado do Direito do Trabalho que, dentro da dinâmica das ciências jurídicas e sociais, encampa na teoria e na prática cotidiana a pacificação social esperada de tais relações.

O esforço coletivo das forças vivas da sociedade civil e de gerações de sujeitos representantes do capital e do trabalho, para se construir um ambiente produtivo de estabilidade e de confiança mútua, ainda que presente um desgaste natural do processo, descortina-se no cenário mundial como fator indispensável para se evitar retrocessos na marcha histórica da evolução econômica e social, a despeito de ser esta para muitos considerada utópica.

A terceirização, no âmbito das correlações contemporâneas de poder, simboliza importante elemento conceitual, cujas abordagens diametralmente opostas por cada lado envolvido nos contratos de trabalho evidencia o fosso real entre os interesses contrapostos. Sua implementação sem reservas ressurgiu no contexto das relações trabalhistas, das reformas e contrarreformas legislativas, e vem assumindo clareza estrutural de forma e amplitude de escala aptas à verificação empírica de seu alcance e resultados.

Nesse contexto, argumentos favoráveis e contrários à sua inserção na ordem jurídica são apresentados pelos atores sociais. E, dadas as circunstâncias atuais que permeiam o fenômeno, urge a necessidade de sua mais abrangente compreensão, pela

sociedade e pelos operadores do Direito, à luz dos princípios constitucionais ínsitos à matéria, tarefa que o presente estudo terá como sua bússola.

Pretende-se, assim, ampliar as discussões a respeito da terceirização, por meio de uma análise da hermenêutica contemporânea, e desvelar as concepções existentes de modo a apresentar o fenômeno com suas repercussões humanas, sociais e econômicas.

Dentro desta perspectiva, no Capítulo 1, será abordada a relação homem e trabalho, com análises de versões clássicas até a contemporaneidade. Nesse trajeto, desenvolvido por liames histórico, filosófico e sociológico, em que se almeja mostrar que as experiências do passado servem de fundamento para as questões trabalhistas presentes e futuras, a terceirização será introduzida no estudo e de modo incipiente analisada.

No capítulo 2, em continuidade aos aspectos apresentados no capítulo anterior, o foco central resultará na análise da terceirização no ordenamento jurídico nacional. O estudo perpassará pela compreensão do fenômeno em si, pelos sujeitos e características que compõem a relação jurídica firmada, na apreciação das modalidades existentes, no seu enquadramento nas legislações e jurisprudência, suas repercussões dentro do contexto jurídico e, ao final, pelo influxo de sua aplicabilidade no Chile.

No último capítulo, com a pretensão de expor a essência sobre a aparência do fenômeno, o estudo se concentrará na sua interpretação à luz da aplicação do princípio da proteção do trabalhador e dos princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho – da dignidade da pessoa humana, da valorização do trabalho, da proibição do retrocesso e da proporcionalidade.

E, sob o prisma da proporcionalidade, a análise hermenêutica, considerando a influência da literatura estrangeira e a dogmática normativa existente, buscará solução jurídica consentânea com a realidade tão adequada quanto seja possível.

Enfim, em um universo tão complexo de interações e de interesses em choque, como se evidencia ser o das relações trabalhistas, este estudo almeja apresentar na maior amplitude possível, considerado o feixe de fatos envolvidos, um amplo painel reflexivo sobre a terceirização e suas repercussões econômicas e humanísticas, com enfoque sobre sua efetivação e recepção pelo ordenamento jurídico pátrio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade constrói a sua história por caminhos cheios de sobressaltos. Estabelece percursos nos quais, questionando e obtendo respostas, necessariamente reage às adversidades. “O homem não é uma coisa; não é [...] um objeto que possa ser utilizado *simplesmente* como um meio, mas, pelo contrário, deve ser considerado sempre em todas as suas ações como um fim em si mesmo”⁸⁶⁶. Estes, como “seres racionais, estão [...] submetidos [à] [...] lei que manda que cada um deles jamais se trate a si mesmo como meios, mas sempre simultaneamente como fins em si”⁸⁶⁷.

Desde 1815, organismos internacionais ocupam-se com as formas de mercancia humana para trabalhos forçados ou indignos. A Declaração Relativa à Abolição Universal do Tráfico de Escravos inaugurou, por assim dizer, uma série de iniciativas e compromissos formais aos quais deveriam os Estados soberanos aderir de modo a reconhecer a existência do fenômeno, defini-lo como prática intolerável e combatê-lo em nome dos direitos humanos. Importantes desdobramentos no campo do direito internacional advieram no sentido de reforçar esse compromisso humanitário, resultando na premissa maior de que “...todos os homens nascem livres e iguais, em dignidade e direitos...”, conforme Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

No Brasil e no mundo as manifestações pela marcha civilizatória inaugurada no início do século XIX ganharam relevâncias formal e material. A Consolidação das Leis do Trabalho, nesse sentido, foi emblema forte da disposição estatal de reconhecimento da união estratégica entre capital e trabalho na construção de um desenvolvimento econômico atrelado a concessões de natureza juslaborativas aptas a uma ambiência produtiva harmônica.

Ocorre que, ao revés do processo histórico de reconhecimento de importância da força de trabalho para o desenvolvimento econômico-social, a contrarreforma trabalhista de 2017 sinaliza um “cavalo de pau”, verdadeiro ponto de inflexão, na marcha civilizatória de mais de 200 anos. Passados seis meses de sua implementação, nenhum dado empírico sustenta o vaticinado acerto das medidas restritivas ou supressivas de direito veiculadas pelas citadas reformas.

⁸⁶⁶ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 7-LTD, 2007, p. 70.

⁸⁶⁷ *Ibid.*, p. 71.

A terceirização, com o advento das Leis nº 13.429 e nº 13.467, ambas de 2017, alcançou patamar diferenciado no cenário jurídico trabalhista. Nada obstante ter sido potencializada pela globalização neoliberal, reflexo de um expansionismo econômico que se sobrepõe ao Estado Social, os princípios fundamentais constitucionais, via de consequência, acabam sobrepujados, quando deveriam ser tais princípios o óbice à subtração ou à limitação abusiva de direitos, bem como à inversão da lógica protecionista.

Nesse caminho de valorização do homem, em um processo civilizatório no qual se respeita a subjetividade, e ancorado no suporte da eticidade atribuída ao trabalho, não se pode admitir sob nenhum fundamento a limitação da dignidade da pessoa humana enquanto princípio.

O trabalho é transformador, conforme aclarado ao longo deste estudo, mas seu exercício pode revelar a pequenez dos valores da humanidade ao se permitir a sua realização em condições indignas, materiais ou espirituais. A observância de um meio ambiente do trabalho adequado, somado à justa expectativa de realização pessoal e profissional do trabalhador, hão de ser o padrão mínimo sob o qual deve se assentar qualquer norma regulatória no ordenamento jurídico trabalhista.

Do contrário, sem embargos éticos ou normativos, estará aberto o campo para que o fenômeno da contrarreforma trabalhista reduza e suprima direitos anteriormente conquistados, e se apresente com elementos violadores da dignidade do trabalhador, num processo de esvaziamento decorrente da alienação que o subjuga em face do capitalista.

O processo instaurador da terceirização, ainda antes do advento das legislações atuais, mostrou-se, num cenário fundamentado por justificativas neoliberais, destituído de constitucionalidade. E isso porque a dignidade da pessoa humana, princípio símbolo de todos os demais direitos fundamentais, dada sua amplitude no contexto da valorização do trabalho, revelava que o fenômeno da terceirização, desde a sua gênese regulatória, o desrespeitava, na medida em que a condição humana era rebaixada a objeto, a mero instrumento do poderio econômico dominante.

Ademais, em face da realidade construída pelos homens na composição do capital e do trabalho, marcada pelo desequilíbrio estrutural e pela diferença havida com o detentor do capital, a lógica protetiva do trabalhador tornou-se mais que justificada, revelou-se imperativa. No entanto, todo esse processo de valorização do ser humano como trabalhador tem sido comprometido dentro da dinâmica imposta pela construção neoliberalizante que,

ao suprimir direitos conquistados por meio de luta, relativiza o patamar mínimo civilizatório.

A análise do fenômeno à luz do princípio da proporcionalidade traz, dentre tantas opções, uma forma de interpretar o direito dos trabalhadores desprovida do caráter da subjetividade, embora dentro de uma racionalidade de argumentação sólida e fundamentada. Assim, colocando frente a frente o ideal dos princípios da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, da proteção do trabalhador, da liberdade de contratar, dentre outros e da dogmática normativa existente, buscou-se juridicamente demonstrar as condições reais que norteiam a relação existente na terceirização.

Apontando vantagens e desvantagens desta modalidade de contratação, todas calcadas em elementos jurídicos, e ainda amparada no princípio da proporcionalidade, apresentada sob a ótica de seus subprincípios de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, a presente tese revelou, por trás da aparência, a verdadeira face do fenômeno: o predomínio do econômico sobre o social, pelo qual o capitalista visa apenas e tão somente acumular riqueza, às custas da vida digna do trabalhador. Mas não só. A lei da terceirização, bem como a normas contidas na Lei n. 14.467, de 2017, em dissonância com a hermenêutica constitucional de exigir observância pelos atos do Poder Público aos direitos e garantias consolidadas estão marcadas pela inconstitucionalidade, na medida em que afrontam os princípios constitucionais.

REFERÊNCIAS

ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. *Arguição de Descumprimento De Preceito Fundamental* (com pedido de tutela de urgência) Curitiba, 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6587578&prcID=4620584&ad=s#>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. Revisão e tradução de novos textos de Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABDALA, Vantuil. Terceirização: atividade fim e atividade-meio – Responsabilidade subsidiária do tomador de serviços. *Revista LTr*, legislação do trabalho, São Paulo, v. 60, n. 5, p. 587-590, maio 1996.

AFONSO, Elza Maria Miranda. O direito e os valores (Reflexões inspiradas em Franz Brentano, Max Scheler e Hans Kelsen). *Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena – CAAP - Nova Fase*, Belo Horizonte, ano IV, n. 7, p. 15-92, 1999.

ALEMANHA. *Lei fundamental da República Federal da Alemanha*. Tradução de Aachenaag Assis Mendonça. Atualizada até jan. 2011. Berlin: Deutscher Bundestag, 2011. Disponível em: <<https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

ALEXY, Robert. A dignidade humana e a análise da proporcionalidade. Tradução de Rogério Luiz Nery da Silva. In: ALEXY, Robert; BAEZ, Narciso Leandro Xavier, SILVA, Rogério Luiz Nery da. (Orgs.). *Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo*. Florianópolis: Qualis, 2015. p. 13-38.

ALEXY, Robert. Direitos fundamentais sociais e proporcionalidade. Tradução de Rogério Luiz Nery da Silva. In: ALEXY, Robert; BAEZ, Narciso Leandro Xavier, SILVA, Rogério Luiz Nery da. (Orgs.). *Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo*. Florianópolis: Qualis, 2015. p. 165-178.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito material coletivo: superação da summa divisio direito público e direito privado por uma nova summa divisio constitucionalizada*: São Paulo, Del Rey, 2008.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: EDUSP, 1996.

ALVES, Giovanni. A condição de proletariedade na modernidade salarial – por uma analítica existencial do proletariado. *Revista Pegada*, v. 9, n. 2, p. 1-38, dez. 2008.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, Giovanni. *O que é precariado?* São Paulo: Boitempo, 22 jul. 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

ALVES, Giovanni. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. *Estudos de Sociologia*, v. 16, n. 31, p. 409- 420, 2011.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Verbete relação jurídica. In: FRANÇA, Limongi. (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do direito*. v. 64. São Paulo: Saraiva, 1977.

AMORIM, Richard Garcia. Filosofia contemporânea: *a dialética de Hegel e a solução política de Marx*. v. 2. Belo Horizonte: Bernoulli, 2015 (Coleção Estudo - Filosofia/Sociologia).

ANDERSON, Perry et al. (Coords.). A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e a Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 139-180.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e a Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Tradução de Beatriz Sidou. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANTHONY, Peter D. *The ideology of work: social science paperbacks*. London: Tavistock Publications, 1977.

ANTUNES, Caio. Considerações sobre trabalho, alienação e subjetividade. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 121-135.

ANTUNES, José Pinto. O “Robot” e as consequências econômico jurídicas da sua utilização. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 52, p. 250-260, 1957. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66272/68882>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2002.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Maria da Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; POCHMANN, Márcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (Orgs.). *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 195-209. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/08antu.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, M. Graça. A terceirização como regra? *Revista TST*, Brasília, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013.

ARAÚJO, Anísio José da Silva. *Paradoxos da modernização: terceirização e segurança dos trabalhadores em uma refinaria de petróleo*. 2001. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2001.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. Trabalho e reconhecimento em Hegel. In: FERREIRA, Márcio César; ARAÚJO, José Newton Garcia de; ALMEIDA, Cleverson Pereira de; MENDES, Ana Magnólia (Orgs.) *Dominação e resistência no contexto trabalho-saúde*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011. p. 41-59.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. O pensar, o querer, o julgar. Tradução de Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. 5. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Victor Civita, 1984.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Vincenzo Coceo. São Paulo: Victor Civitas, 1984.

ARISTÓTELES. *Vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ARON, Raymond. Marxistas, Marxianos e Marxólogos. *Depósito do Maia*, 22 dez. 2008. Disponível em: <depositomaia.blogspot.com/2008/12/marxistas-marxianos-e-marxlogos.html>. Acesso em: 12 maio 2017.

ARRUDA, Kátia Magalhães. Reflexões sobre três temas polêmicos: terceirização, liberdade de contratar e pleno emprego. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 80, n. 3, p. 138-149, jul./set. 2014.

ÁVILA, Humberto Bergmann. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, n. 215, p. 151-179, jan./mar. 1999.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BAEZ, Narciso Leandro Xavier. A morfologia dos direitos fundamentais e os problemas metodológicos da concepção de dignidade humana em Robert Alexy. In: ALEXY, Robert; BAEZ, Narciso Leandro Xavier, SILVA, Rogério Luiz Nery da. (Orgs.). *Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo*. Florianópolis: Qualis, 2015. p. 39-89.

BAGOLINI, Luigi. *O trabalho na democracia: filosofia do trabalho*. Tradução de João da Silva Passos. São Paulo: LTr, Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*. 1. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1996, p. 169.

BARROS JÚNIOR, Cássio Mesquita. A terceirização e a possibilidade de regulamentação (PL 1621/2007). In: CEDES. *Seminário Internacional de Direito do Trabalho*. São Paulo: Centro de Estudos de Direito Econômico e Social - CEDES, 27 maio 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/terceirizacao-cedes.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

BARROS JÚNIOR, Cássio Mesquita. O futuro do trabalho. In: *Congresso dos Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul*, 2, Porto Alegre, 08-09 maio 2014. Disponível em: <<http://www.criandoelo.com.br/wp-content/uploads/ARTIGO-Cassio-Mesquita-Barros.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BARUKI, Luciana Veloso. Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador: *por um regime jurídico preventivo*. São Paulo: LTr, 2015.

BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUEZ, Eugène. Pouvoir. In: _____; _____; LÉVY, André. *Vocabulaire de Psychosociologie*. Références et positions. Paris: Éres, 2002. p. 212-221.

BATTAGLIA, Felice. *Filosofia do trabalho*. Tradução de Luís Washington Vira e Antônio D'Elia. São Paulo: Saraiva, 1958.

BERTI, Marcelo. *Soteriologia – Doutrina da Salvação*. Teologando. MarceloBerti, 2010. Disponível em: <<https://marceloberti.files.wordpress.com/2010/02/apostila-teologia-sistemica-soteriologia.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; CARVALHO, Suzete. A segregação ocupacional da mulher: será a igualdade jurídica suficiente para superá-la? In: BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan (Orgs.). *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Rideel, 2010. p. 179-210.

BIAVASCHI, Magda; DROPPA, Alisson. A história da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho: a alteração na forma de compreender a terceirização. *Mediações*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 124-141, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9657>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BÍBLIA SAGRADA. 3. ed. ver. e atual. Tradução João Ferreira de Almeida. Barueri: SBB, 2016.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1969.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*: lições de filosofia do direito. Tradução de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 5. ed. Tradução de Cláudio de Cicco e Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

BOFF, Leonardo. *O despertar da águia*: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BORGES, Guilherme R. Hannah Arendt e Michel Foucault: a liberdade como exercício político e ético. *Ciência e opinião*. Curitiba, v. 1, n. 2/4, jul./dez. 2004, p. 100. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25467-25469-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A procura de uma sociologia da prática*. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, Ruy. A formação do precariado pós-fordista no Brasil: limites do atual modelo de desenvolvimento periférico. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 390-399.

BRAGA, Ruy. Quem é o precariado? Marxismo & Ciência. *Blog.Esquerdaonline*, 07 dez. 2014. Disponível em: <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=2731>>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM. *Convenção Relativa à Escravatura*. Brasília, 01 jun. 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvRelEsc.html>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. *Carta de Lei de 8 de junho de 1815*. Rio de Janeiro, 2815. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/anteriores/1824/cartadelei-39527-8-junho-1815-569874-publicacaooriginal-93060-pe.html>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ofício nº 140/2015/PS-GSE*. Brasília, 27 abr. 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1325423&filename=Tramitacao-PL+4330/2004>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ofício nº 362/2017/SGM-P*. Envio de PL para apreciação. Brasília, 28 abr. 2017. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1550984&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parecer do relator, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 4.330, de 2004*. (Subemenda Substitutiva Global). Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1318919&filename=Parecer-CCJC-08-04-2015>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.302-E de 1998*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 22 mar. 2017. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1537011>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.330-I de 2004*. Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Brasília, 22 abr. 2015. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1325350&filename=Tramitacao-PL+4330/2004>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4330/2004*. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6.787 de 2016*. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Brasília, 22 dez. 2016. Disponível em:

<www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1520055&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6.787-B de 2016*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 26 abr. 2017. Disponível em:

<www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1550864&filename=RDF+1+%3D%3E+PL+6787/2016>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6787/2016*. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Brasília, 23 dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. *Resolução nº 1, de 2002*. Brasília, 08 maio 2002. Disponível em: <

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=561120&tipoDocumento=RCN&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 6 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. *Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004*. Brasília: DOU de 19 out. 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p_20041015_540.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. *Portaria nº 2, de 12 de maio de 2011*. Brasília: DOU, 13 maio 2011. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numlink=217089>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Portaria nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017*. Dispõe sobre os conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2º-C da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e trata da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n.º 4, de 11 de maio de 2016. Brasília: DOU, 29 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Portaria nº 349, de 23 de maio de 2018*. Estabelece regras voltadas à execução da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho. Brasília: DOU, 24 maio 2018. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/05/2018&jornal=515&pagina=92&totalArquivos=142>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Combate ao Trabalho Escravo. *Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conatrae/programas/comissao-nacional-para-a-erradicacao-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Rio de Janeiro: DOU, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 9 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)*. Rio de Janeiro: DOU 10 nov. 1937, republicada em 11 nov. 1937, republicado 18 nov. 1937 e republicado 19 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 9 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Rio de Janeiro: DOU, 19 set. 1946, republicado em 25 set. 1946 e 15 out. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 9 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília: DOU, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 9 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: DOU, 05 out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 out 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966*. Promulga a Convenção nº 105 concernente à abolição do Trabalho forçado. Brasília: DOU, 20 jul. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d58822.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília: DOU, 07 jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Brasília: DOU, 7 jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília: DOU, 09 nov. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 1.538, de 27 de junho de 1995*. Cria o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1538.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002*. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília: DOU, 26 set. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004*. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília: DOU, 15 mar. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: DOU, 09 ago. 1943. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 24 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 41.721, de 25 de junho de 1957*. Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de nº11,12,13,14,19,26,29,81,88,89,95,99,100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Rio de Janeiro: DOU, 28 jun. 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967*. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília: DOU, 27 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília: DOU, 20 out. 1969, retificado em 21 out. 1969 e republicado em 30 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 9 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004*. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Brasília: DOU, 31 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em 13 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014*. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. Brasília: DOU, 06 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc81.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970*. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Brasília: DOU, 11 dez. 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974*. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Brasília: DOU, 04 jan. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983*. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de

transporte de valores, e dá outras providências. Brasília: DOU, 21 jun. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102.htm>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994*. Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Brasília: DOU, 12 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8949.htm>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília: DOU, 14 fev. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997*. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Brasília: DOU, 17 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9472.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998*. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. Brasília: DOU, 22 jan. 1998. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9601.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Brasília: DOU, 06 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm>. Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília: DOU, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em 06 maio 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: DOU, 20 jul. 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em 09 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília: DOU, 31 mar. 2017.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: DOU, 14 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: DOU, 14 nov. 2017, extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo*. Brasília: SEDH, 2008. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conatrae/direitos-assegurados/pdfs/pnete-2>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Relações Exteriores. *Acordo Marco de Cooperação com a OCDE*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/ocde-organizacao-para-a-cooperacao-e-o-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

BRASIL. Senado Federal. CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Em Discussão*. Brasília, ano 2, n. 7, maio 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/ongs-contr-o-trabalho-escravo/cpt-comissao-pastoral-da-terra.aspx>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Senado Federal. Planos brasileiros de erradicação. *Em Discussão*. Brasília, ano 2, n. 7, maio 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/combate-ao-trabalho-escravo/planos-brasileiros-de-erradicacao.aspx>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara nº 30 de 2015*. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=120928>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição nº 57A, de 1999 - (PEC DO TRABALHO ESCRAVO). Brasília, 1999. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/105791>>. Acesso em 27 dez. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *A constituição e o Supremo*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=1079>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.735/DF*. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5216509>>. Acesso em 30 dez. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.766/DF*. Relator: Ministro Roberto Barroso. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5250582>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 489/DF*. Relatora: Rosa Weber. Julgamento: 23 out. 2017. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: 26 out. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF489liminar.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017, grifos do autor.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF*. Relator: Ministro Teori Zavascki. Julgamento: 15 jun. 2014. Órgão Julgador: Plenário. Publicação: 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4517937&numeroProcesso=791932&classeProcesso=ARE&numeroTema=739>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com agravo nº 713.211/MG*. Relator: Luiz Fux. Julgamento: 15 maio 2014. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: 06 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=4906497>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. *Orientação Jurisprudencial nº 838*. Brasília: DEJT, 19, 20, 22 abr. 2010. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_s1_381.html>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. *Súmula nº 256*. Brasília: DJ 30 set. 1986, 01-02 out. 1986. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-256>. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. *Súmula nº 331*. Brasília: DJ 19-21 nov. 2003. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331>. Acesso em: 09 ago. 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e a teoria da Constituição*. 7.ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 23, n. 2, p. 264-295, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n2/v23n2a11>>. Acesso em: 21 set. 2017.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. A terceirização no século XXI. *Revista TST*, Brasília, v. 79, n. 4, p. 232-244, out./dez. 2013.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. *Terceirização como intermediação de mão de obra*. First Published using Papyrus, 2014. Livro eletrônico. Disponível em: <<https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/terceirizacao-como-intermediação-de-mão-de-obra.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

CASSAR, Vólia Bomfim. Breves comentários à nova redação da Lei nº 6019/74 – terceirização ampla e irrestrita? *Suplemento trabalhista*, São Paulo: LTr, ano 53, n. 26, p. 131-132, 2017.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Susana de. *Ontologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CATHARINO, José Martins. *Neoliberalismo e sequelas: privatização, desregulação, flexibilização, terceirização*. São Paulo: LTr, 1997.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ophir. *A terceirização das relações laborais*. São Paulo: LTr, 1996.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, cristianismo e helenismo: ensaios acerca das interações culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2007.

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional do Chile. *Ley 16.744, de 23 de janeiro de 1968*. Establece normas sobre accidentes del trabajo y enfermedades profesionales. Santiago, 01 fev. 1968. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=28650>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional do Chile. *Ley 19.069*. Establece normas sobre organizaciones sindicales y negociacion colectiva. Chile, 30 jul. 1991. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30436&buscar=19069>>. Acesso em 15 nov. 2017.

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional do Chile. *Ley 19.759*. Modifica el código del trabajo en lo relativo a las nuevas modalidades de contratación, al derecho de sindicación, a los derechos fundamentales del trabajador y a otras materias que indica. Chile, 05 out. 2001. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=190282&buscar=19759>>. Acesso em 15 nov. 2017.

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional do Chile. *Ley 20.940. Moderniza el sistema de relaciones laborales*. Santiago, 08 set. 2016. Disponível em:

<<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1094436>>. Acesso em 15 nov. 2017.

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional do Chile. *Ley 20.123. Regula trabajo en régimen de subcontratación, el funcionamiento de las empresas de servicios transitorios y el contrato de trabajo de servicios transitorios*. Santiago, 16 out. 2016. Disponível em:

<<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=254080>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CHILE. *Decreto Supremo n° 594. Aprueba reglamento sobre condiciones sanitarias y ambientales básicas en los lugares de trabajo*. Santiago, 15 sept. 1999. Disponível em:

<http://www.ist.cl/wp-content/uploads/2016/08/decreto_supremo_594.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

COHEN-ELIYA, Moshe; PORAT, Iddo. American balancing and german proportionality: the historical origins. *International Journal of Constitutional Law*, v. 8, n. 2, p. 263-286, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Constituição Mexicana de 1917*. Natal: DHnet, [2003?].

Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/mex1917.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, maio/ago. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000200020&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 mai. 2015.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de produção. Tradução de Emerson S. da Silva*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CORRÊA, Marcos Orione Gonçalves. *O capital – Karl Marx: dinheiro e sua transformação em capital*. Conclusão apresentada em aula ministrada na disciplina Direitos Sociais e Método, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Curso de Pós-Graduação. São Paulo: USP, 02 abr. 2014.

CORREIA, José. *Mitologia e civilização grega*. São José dos Campos, 08 dez. 2009.

Disponível em: <<http://mitologiaecivilizgrega.blogspot.com.br/2009/12/historia-da-lingua-grega.html>>. Acesso em 26 nov. 2017.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O postulado da razoabilidade e o direito do trabalho. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 101, p. 232-233, jan./dez. 2006.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; BIONDI, Pablo. Uma leitura marxista do trabalho doméstico. São Paulo: Revista LTr, v. 75, p. 311-317, 2011.

CORVISIER, Jean-Nicolas. *Bataille de Chéronée*. Printemps 338. Philippe II, roi de Macédoine, et le futur Alexandre le Grand. Paris: Economica, 2012.

COSTA, Alexandre Araújo. *O Princípio da Razoabilidade na Jurisprudência do STF: O século XX*. [S.l.]: Arcos, [20--]. Disponível em:

<<http://www.arcos.org.br/download.php?codigoArquivo=55>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COSTA, Coqueijo. *Constitucionalismo social, intervenção do Estado, sindicalismo*. Revista LTr, v. 51, n. 03, p. 262-271, mar. 1987.

COSTA, Fernando Braga da. *Moisés e Nilce: retratos de dois garis*. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 2008.

COSTA, Orlando Teixeira da. *O direito do trabalho na sociedade moderna*. São Paulo: LTr, 1998.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Trabalho e pena. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba: UFPR, v. 32, p. 07-23, 1999.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. O direito do trabalho flexibilizado por FHC e Lula. São Paulo: LTr, 2009.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *A natureza material dos direitos fundamentais*. Salvador: Brasil Jurídico, 25 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.brasiljuridico.com.br/artigos/a-natureza-material-dos-direitos-fundamentais.-por-dirley-da-cunha-junior.>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!* a intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LA CUEVA, Mario. *El nuevo derecho mexicano del trabajo*. v. 1, 22. ed. México: Editorial Porrúa, 2009.

DE MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Desregulamentação e desemprego no capitalismo avançado. *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação SEADE, v. 10, n. 1, p. 13-20, 1996.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 7. ed. Tradução de Luís Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. 5. ed. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. *Addendum da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Tradução de Frank Soudant. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 47-104.

DEJOURS, Christophe; BÉGUE, Florence. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Tradução de Frank Soudant. Sobradinho: Paralelo 15, 2010.

DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. *Os limites constitucionais da terceirização*. São Paulo: LTr, 2014.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 15. ed. São Paulo: LTR, 2016.

DELGADO, Mauricio Godinho. Direitos fundamentais na relação de trabalho. *Revista LTr*, legislação do trabalho, São Paulo, v. 70, n. 06, p. 657-667, jun. 2006.

DELGADO, Gabriela Neves. O trabalho enquanto suporte de valor. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 49, p. 63-80, jul.-dez. 2006.

DESCARTES. *Os pensadores*: discurso do método. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DESCARTES. *Os pensadores*: vida e obra. Consultoria de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DIAS, Reinaldo. *Tópicos atuais em administração*: quarteirização. v. 4. São Paulo: Alínea, 1998.

DICIONÁRIO POLÍTICO. *Marxists.org*, 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/hegelianos_esquerda.htm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

DICIONÁRIO PRIBERAM. Lisboa: Priberam, 2017. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. 9. ed. São Paulo: LTC, 2012.

DOBB, Maurice Herbert. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, Paul et al (Orgs.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*: um debate. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 209-214.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização*: (des)fordizando a fábrica. Salvador: EDUFA; São Paulo: Boitempo, 2001.

DRUCK, Maria da Graça; FRANCO, Tânia. Terceirização e precarização: o binômio antissocial em indústrias. In: DRUCK, M. Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho*: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 97-118.

DRUCK, Maria da Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, M. Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.).

A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério.* Tradução Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ENCO, Selma; BARRETO, Margarida. O sentido social do suicídio no trabalho. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 108, p. 1-8, maio 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10032/5583>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. *Princípios básicos do comunismo.* In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas.* 3 tomos. Lisboa: Avante; Moscou: Progresso, 1982. Disponível em: <[http://docs12.minhateca.com.br/244747181,BR,0,0,03c---ENGELS,-F.-Principios-basicos-do-comunismo-\(11-cp\).pdf](http://docs12.minhateca.com.br/244747181,BR,0,0,03c---ENGELS,-F.-Principios-basicos-do-comunismo-(11-cp).pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FACEBOOK. *Professor Homero.* 22 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/professorhomero/posts/2067590640130903>>. Acesso em: 23 de nov. 2017.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. *Curso crítico de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho.* São Paulo: Saraiva, 2013.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Terceirização na Reforma Trabalhista: Inconstitucionalidade e interpretação conforme. In: Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, 19, 02-05 maio 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/images/conamat/plenaria/comissao_3-tese_plenaria_final.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018.

FERNANDES, Carlos. *Alexandre Magno ou Alexandre III.* Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Alexan0M.html>>. Acesso em 28 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Andreas Vesalius ou André Vesálio.* Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AndrexsV.html>. Acesso em: 31 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Benedetto Croce.* Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BenedeCr.html>. Acesso em: 27 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Blaise Pascal.* Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/BlaisePa.html>. Acesso em: 05 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Górgias de Leôncio ou de Leontinos.* Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Gorgias0.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Gregório de Nissa, são*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/GregNiss.html>. Acesso em: 06 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Hípias de Elis, o sofista*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/HipiasEl.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Huldreich Zwingli*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/UlricZui.html>>. Acesso em: 25 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. João Calvino. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoaoCalv.html>. Acesso em: 06 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Johann Gottlieb Fichte*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JohaGFic.html>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Johannes Kepler*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JohaKepl.html>. Acesso em: 31 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Ludwig Andreas Feuerbach*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/LudwAndr.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Martinho Lutero*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/MartLute.html>>. Acesso em: 06 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Melisso de Sámos*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Melissos.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Nicolau Copérnico*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/NicolauC.html>. Acesso em: 31 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Orígenes de Alexandria ou de Cesaréia ou o Cristão*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Origenes.html>. Acesso em: 06 maio 2015.

FERNANDES, Carlos. *Plotino de Alexandria ou de Licópolis*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PlotinoA.html>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Pródico*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Prodicus.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FERNANDES, Carlos. *Thomas Hobbes*. Campina Grande: UFCG, 2002. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ThomHobs.html>. Acesso em: 08 maio 2015.

FERREIRA, Cândido Guerra; HIRATA, Helena; MARX, Roberto; SALERNO, Mário Sérgio. Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro. *Cadernos do CESIT*, n. 4, p. 1-30, abr. 1991. Disponível

em: <<http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/04CadernosdoCESIT.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Tradução de José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2007.

FILGUEIRAS, Vítor Araújo. Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência? *Indicadores de regulação do emprego no Brasil*, p. 1-10, dez. 2013. Disponível em: <<https://indicadoresdeemprego.files.wordpress.com/2013/12/tercerizac3a7c3a3o-e-trabalho-anc3a1logo-ao-escravo1.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FOLHA UOL. *Protestos contra a ampliação da terceirização atingem 23 Estados e DF*. São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1616783-manifestantes-bloqueiam-dutra-contra-projeto-de-terceirizacao.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FORTINI, Cristina. *Terceirização na administração: estudos em homenagem ao professor Pedro Paulo de Almeida Dutra*. 2. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 243-245.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FRAZÃO, Dilva. *Filipe II da Macedônia*. Rei da Macedônia (Biografia). Motosinhos, Portugal: 7Graus, 20 set. 2012. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/filipe_ii_da_macedonia/>. Acesso em 28 abr. 2015.

FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. *Direito do trabalho na era do desemprego: instrumentos jurídicos em políticas públicas de fomento à ocupação*. São Paulo: LTr, 1999.

FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. Direitos sociais e direitos fundamentais na perspectiva da Declaração da OIT de 1998: um caso de *soft law* no rumo de sua efetividade. In: GOMES, Ana Virgínia Moreira; FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues (Orgs.). *A Declaração de 1998 da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho: análise do seu significado e efeitos*. São Paulo: LTr, 2014. p. 13-18.

FRIEDMAN, Benjamin; ROSOVSKY, Henry; GOLDI, Claudia. *David Saul Landes*. Harvard Gazette, Cambridge, MA, USA: Harvard University, June 10, 2014. Disponível em: <<https://news.harvard.edu/gazette/story/2014/06/david-saul-landes/>>. Acesso em: 25 maio 2015.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução de Luciana Cali. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GIORDANI, Mario Curtis. *História da Grécia: a antiguidade clássica I*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GLOBO.COM. *CUT, MST e UNE fazem atos contra terceirização em 17 estados e no DF*. São Paulo, 07 abr. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/cut-mst-e-une-fazem-protestos-contraterceirizacao-em-11-estados.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GLOBO.COM. *Protesto contra a lei da terceirização reúne trabalhadores em Palmas*. São Paulo, 29 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/05/protesto-contralei-da-terceirizacao-reune-trabalhadores-em-palmas.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GOERGEN, Pedro. Educação e valores no mundo contemporâneo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 983-1011, Especial - out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 21 set. 2017.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. São Paulo: LTC, 1988.

GOMES, Ana Virgínia Moreira. *A aplicação do princípio protetor no direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

GOMES, Ana Virgínia Moreira. A Declaração da OIT de 1998: história, mudanças e desafios. In: GOMES, Ana Virgínia Moreira; FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues (Orgs.). *A Declaração de 1998 da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho: análise do seu significado e efeitos*. São Paulo: LTr, 2014. p. 19-38.

GOMES, Ana Virgínia Moreira. Introdução. In: GOMES, Ana Virgínia Moreira; FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues (Orgs.). *A Declaração de 1998 da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho.: análise do seu significado e efeitos*. São Paulo: LTr, 2014. p. 9-10.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luiz Carlos de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. VII-XL.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. Tradução de Ana Montoia. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GRAU, Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 29-47.

GUENDELMAN, Constanza Kaliks. *O conceito de douta ignorância de Nicolau de Cusa em uma perspectiva pedagógica*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Processo constitucional e direitos fundamentais*. São Paulo: Celso Bastos Editor, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. Do fordismo à acumulação flexível: uma análise sobre as mudanças nos papéis dos atores sociais relevantes. *Educação & Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 71-75, jul./dez. 2000.

GUIZOT, François. *Essai sur l'Histoire de France*. Quatrième Édition. Paris: Ladrang Libraire, 1836. Disponível em: < <https://archive.org/details/essaissurlhisto01guizgoog>>. Acesso em: 15 maio 2015.

HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?* Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Tradução Rúrion Melo. São Paulo: UNESP, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Tradução de Artur Morão. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1968.

HAMRAOUI, Éric. Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 17, n. spe. 1, p. 43-54, 2014.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *Para entender O Capital – livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *O sistema da vida ética*. Lisboa: Edições 70, 1991.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Os pensadores: vida e obra*. Consultoria de Paulo Eduardo Arantes. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HERÓDOTO. *História: o relato clássico da guerra entre os gregos e os persas*. Tradução de J. Brito Broca e introdução de Vítor Azevedo. São Paulo: Ediouro, 2001 (Clássicos Ilustrados, n. 2).

HESÍODO. *O trabalho e os dias*. Tradução de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012.

HESSEN, Johannes. *Filosofia dos valores*. Tradução de L. Cabral de Moncada. 5. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1980.

HISTÓRIA DO MUNDO GREGO. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAjEAI/historia-mundo-grego>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, Paul et al (Orgs.). *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 201-208.

HOBBSAWN, Eric John Ernest. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Manoel Odorico Mendes. 3. ed. São Paulo: Atena, 2009. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/odisseiap.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HUISMAN, Denis. *História do existencialismo*. Bauru: EDUSC, 2001.

ILHA, Adayr da Silva; CORONEL, Daniel Arruda; ALVES, Fabiano Dutra. O modelo italiano de desenvolvimento regional: *algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul*. In: *Encontro de Economia Gaúcha*, 3. Porto Alegre: PUCRS, 25-26 maio 2006. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

INFRANCA, Antônio. *Trabalho, indivíduo, história: o conceito de trabalho em Lukács*. Tradução de Christianne Basilio e Silvia De Bernardinis. São Paulo: Boitempo; Marília: Oficina Universitária Unesp, 2014.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paideia: a formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JAMISO, Kay Redfield. *Quando a noite cai: entendendo o suicídio*. Tradução de Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

JEAMMAUD, Antoine. Les principes dans le droit français du travail. *Droit Social*, n. 9-10, p. 618-629, sept./oct. 1982.

JOSÉ PIÑERA. Santiago, Chile: josepinera.org, 2010. Disponível em: <http://www.josepinera.org/josepinera/jp_jp.htm>. Acesso em: 8 nov. 2017.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2003.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 7-LTD, 2007.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 2002.

KOLIVER, Andréa. Toyotismo: uma nova relação entre capital e trabalho? In: HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (Org.) *Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 168-176.

KOLTUV, Barbara Black. *O livro de Lilith*. Tradução de Rubens Rusche. São Paulo: Cultrix, 1986.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, Leandro. Nicolau de Cusa (1401-1464). *Revista ALCEU*, v. 2, n. 4, p. 05, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n4_Konder.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

KROST, Oscar. *O lado avesso da reestruturação produtiva: a ‘terceirização’ de serviços por ‘facções’*. Blumenau: Nova Letra, 2016.

LACERDA, Bruno Amaro. A dignidade humana em Giovanni Pico Della Mirandola. *Revista Legis Augustus*, v. 3, n. 1, p. 16-23, set. 2010.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Tradução de Fátima Sá correira, Maria Emília V. Aguiar, José Eduardo Torres e Maria Gorete de Souza. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Tradução de José Lamago. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LECLERCQ, Jacques. *A revolução do homem no século XX*. Coimbra: Arménio Amado Editor-Sucessor, 1966.

- LEGISWEB. *Portaria MTB Nº 1129 DE 13/10/2017*. Brasília: DO, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=351466>>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- LESSA, Sérgio. Ética: uma enorme imprecisão. *Filosofia e Educação (Online)*. *Revista Digital do Paideia*, v. 3, n. 1, p. 22-36, abr./set. 2011.
- LESSA, Sérgio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 15, p. 39-51, dez. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v15/v15a02.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens – trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- LIMA, Maria Rosynete Oliveira. *Devido Processo Legal*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1999.
- LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 45-54.
- LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LOCKE, John. *Os pensadores: ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- LOPES, Ana Maria D'Ávila; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. A dignidade humana: princípio, regra ou artimanha? In: ALEXY, Robert; BAEZ, Narciso Leandro Xavier, SILVA, Rogério Luiz Nery da. (Orgs.). *Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo*. Florianópolis: Qualis, 2015. p. 123-142.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKES, Steven. *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: OUP, 2015. Disponível em: <<http://www.oxforddnb.com>>. Acesso em: 25 maio 2015.

LUTERO, Martinho. *As 95 Teses de Martinho Lutero*. Brasília: Monergismo, 2015. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/lutero_teses.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

MACHADO, Cláudia Urano de Carvalho. *A construção histórica do direito do trabalho como resistência à aplicação do pós-positivismo*. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) – FADUSP, São Paulo, 2015.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. A atividade humana do trabalho [labor] em Hannah Arendt. *Revista Ética e Filosofia Política*, v. 1, n. 9, p. 1-54, jun. 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_1_theresa.pdf> Acesso em: 10 maio 2015.

MAGANO, Octavio Bueno. A determinação da norma mais favorável. *Revista LTr*, legislação do trabalho, São Paulo, v. 54, n. 5, p. 531-537, maio 1989.

MAGANO, Octavio Bueno. Revisão da estabilidade. *Revista LTr*, legislação do trabalho, São Paulo, ano 30, p. 273-278, maio/jun. 1966.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *LEVIATÃ ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores). Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento das tarefas. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 7-23, out./dez. 1978. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v18n4/v18n4a01.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Neoliberalismo: o declínio do direito. In: *Direitos humanos e globalização: fundamentos desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2004, p. 110-124.

MARTINS, Gilberto. *Peste negra: a obscura face da morte*. São Paulo: Bureau, 2000.

MARTINS, Lígia Márcia. *A formação social da personalidade do professor: um enfoque Vigotskiano*. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. *A terceirização e o direito do trabalho*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS-COSTA, Judith. Indivíduo, Pessoa, Sujeito de Direitos: Contribuições Renascentistas para uma História dos Conceitos Jurídicos. *Cadernos do PPG em Direito UFRGS*, Porto Alegre, v. 6, n. 7 e 8, p. 13-49, 2007.

MARX, Karl. *Formação econômica do pré-capitalismo*. Tradução de João Maia. Revista por Alexandre Addor. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política - Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política - Livro I*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1990 (Os economistas). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em 01 maio 2015.

MARX, Karl. *Os economistas: O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1990. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

MARX, Karl. *Os pensadores: para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *Os pensadores: vida e obra*. Consultoria de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. 1845. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 07 jun.2015.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. RocketEdition: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/feuerbach.html>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Cláudio Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Ridendo Castigat Mores, Rocket Edition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

MASTRODI, Josué. Ponderação de direitos e proporcionalidade das decisões judiciais. *Revista Direito GV*. São Paulo, p. 577-596, jul-dez, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v10n2/1808-2432-rdgv-10-2-0577.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. *Elementos de direito administrativo*. São Paulo: RT, 1980.

MELO, Zélia Maria de. Os estigmas: a deterioração da identidade social. *Estudos*, Recife, p. 1-28, 2002.

MENDES, Claudinei Magno Magre. A questão do feudalismo no Brasil: um debate político. *Notandum*, CEMOrOC- Feusp/IJJ – Universidade do Porto, n. 32, p. 199-212, maio-ago. 2013. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand32/12claudinei.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉXICO. *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. México: Diario Oficial de la Federación, 5 feb. 1917. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/mla/pt/mex/index.html>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 4. ed. São Paulo: LTr, 1998.

MORAES FILHO, Evaristo. *Tratado Elementar de Direito do Trabalho*. v. I, 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1965.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito contemporâneo do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Subcontratação ou terceirização. *Revista do Direito do Trabalho*, n. 83, p. 20-25, set. 1993.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEWTON. *Os pensadores: vida e obra*. Consultoria de Hugh Matthew Lacey. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Fundamentos de direito internacional social: sujeito trabalhador, precariedade e proteção global às relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2016.

O'BRIEN, Julia M. (Ed.). *The Oxford Encyclopedia of the Bible and Gender Studies*. v. 1. New York: Oxford, 2014.

OIT. *Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu anexo (Declaração de Filadélfia)*. Montreal, 1946. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

OIT. *Convenção 155*. Segurança e Saúde dos Trabalhadores. Brasília: ILO, 1994. Disponível em: <www.portal.mte.gov.br>. Acesso em: 7 out 2017.

OIT. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Brasília: ILO, 19 jun. 1998. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 27 de dez. 2017.

OIT. *Não ao trabalho forçado*. Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT relativa a Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Conferência Internacional do Trabalho. 89ª Reunião. Relatório I (B) Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra, 2001. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/nao_trabalho_forcado_311.pdf. Acesso em: 27 dez. 2017.

OIT. *OIT lança projeto e apresenta novos dados sobre Trabalho Escravo*. Brasília: ILO, 19 maio 2014. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-lanca-projeto-e-apresenta-novos-dados-sobre-trabalho-escravo>. Acesso em: 27 dez. 2017.

OIT. *Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado*. Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2005. Conferência Internacional do Trabalho. 93ª Reunião. Relatório I (B). Secretaria Internacional do Trabalho. Genebra, 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/relatorio_global_2005_alianca_contra_trabalho_forcado_316.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo Vieira de. *Assédio moral no trabalho: caracterização e consequências*. São Paulo: LTr, 2013.

ONU. *MPT e OIT lançam observatório digital de saúde e segurança do trabalho*. Brasília, 27 abr. 2017, atualizada em: 05 maio 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mpt-e-oit-lancam-observatorio-digital-de-saude-e-seguranca-do-trabalho/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zygmunt Bauman. *Revista tempo social* – USP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 301-325, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015> Acesso em: 30 mar. 2016.

PAPA LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum*. Roma: Vatican, 15 maio 1891. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>. Acesso em: 08 dez. 2017.

PAULA, Márcio Gimenes de. A dialética do senhor e do escravo em Hegel e sua repercussão no marxismo e na psicanálise lacaniana. *Psicanálise & Barroco em revista*, v. 8, n. 1, p. 101-102, jul. 2010. Disponível em: <www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/15/P&Brev15Gimenes.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2015.

PICO, Giovanni. *De Hominis Dignitatis*: Discurso pela dignidade do homem. Tradução de Antonio A. Minghetti. Porto Alegre: Fi, 2015.

PINHEIRO, Iuri Pereira; MIZIARA, Raphael; SOUZA, Roberta de Oliveira. Nova regulamentação da terceirização não trata da quarteirização. *Os Trabalhistas*, 12 set. 2017. Disponível em: <<http://ostrabalhistas.com.br/nova-regulamentacao-da-terceirizacao-nao-trata-de-quarteirizacao/>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

PINHEIRO, Maria Cláudia Bucchianeri. A Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais: a preponderância da Constituição de República Alemã de 1919 na inauguração do constitucionalismo social à luz da Constituição Mexicana de 1917. *Brasília*, ano 43, n. 169, p. 101-126, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92449/Pinheiro%20Maria.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO E NETTO, Luísa Cristina. *O princípio da proibição do retrocesso social*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

PINTO, José Gabriel Calmon da Costa. Aspectos feudais da colonização do Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, ano V, n. 52, set. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/052/52bandeira.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *Princípios de Direito do Trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr, 1996.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *Princípios de Direito do Trabalho*. Tradução de Wagner Giglio e Edilson Alkmim Cunha. 3. ed. São Paulo: LTR, 2000. Disponível em: <<http://www.justocantins.com.br/academicos-22175-livro-para-download-principios-de-direito-do-trabalho.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PLATÃO. *Os pensadores: vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

POSTHUMA, Anne Caroline; LOMBARDI, Maria Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. *São Paulo em perspectiva*, Fundação Seade, v. 11, n. 1, p. 124-131, 1997.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução de Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO, Carlos. Liberdade e não-liberdade em O Capital de Karl Marx. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia*, v. 3, n. 07, p. 112-139, 2011. Disponível em: <http://www.theoria.com.br/edicao0711/liberdade_capital.pdf> Acesso em: 10 jul.2017.

PRÉ-SOCRÁTICOS. *Os pensadores: vida e obra*. Consultoria de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

RANIERI, Jesus. O fenômeno do estranhamento e a atualidade do conteúdo da crítica ao capital: ainda Marx. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 107-119.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REVERBEL, Paula. Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua Previdência. *BBC Brasil*, São Paulo, 16 maio 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39931826>>. Acesso em 27 maio 2017.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As transformações da sociedade contemporânea e o futuro do sindicalismo. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins (Orgs.). *O futuro do sindicalismo*. Fórum Nacional. São Paulo: Nobel, 1992.

RODRIGUES, Maysa. Marxismo de István Mészáros. *Revista Sociologia*. São Paulo, v. 36, n. 36, p. 06-13, 2011.

ROJAS MIÑO, Irene. La externalización laboral y la cesión ilegal de trabajadores en el sistema jurídico chileno. *Revista Ius et Praxis*, Año 16, n. 1, p. 171-196, 2010.

ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi: modo de produção - desenvolvimento/subdesenvolvimento*. v. 7. Traduções de Carlos Farmhouse, Deborah Duarte Ferreira, João Pedro Vasconcelos, José Manuel Garcia, Rosa Andrade. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

ROMITA, Arion Sayão. *Direito do trabalho*. Temas em aberto. São Paulo: LTR, 1998.

ROMITA, Arion Sayão. *Direitos fundamentais nas relações de trabalho*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2014.

ROMITA, Arion Sayão. O princípio da proteção em xeque. *Revista Jurídica Virtual. Brasília*, v. 4, n. 36, p. 1-10, maio 2002. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/838/826>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Ridendo Castigat Mores. Tradução de Rolando Roque da Silva, 2015. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

SAKAMOTO, Leonardo. Conheça 55 ameaças aos seus direitos em tramitação no Congresso Nacional. *Blog do Sakamoto*, 30 mar. 2016. <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/30/conheca-55-ameacas-aos-seus->

direitos-em-tramitacao-no-congresso-nacional/?cmpid=fb-uolnot>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SANTO AGOSTINHO. *Os pensadores: vida e obra*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os fascismos sociais: os riscos que corremos em face da erosão do contrato social são demasiado sérios para que cruzemos os braços. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 set. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz06099808.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. A nova lei da terceirização – Lei nº 13.429/2017: um cheque em branco ao empresariado. *Revista Eletrônica do TRT 4ª Região*, ano XIII, n. 204, p. 51-59, jun. 2017.

SANTOS, José Henrique. *Trabalho e riqueza na fenomenologia do espírito de Hegel*. São Paulo: Loyola, 1993.

SANTOS, Mário José. *Os pré-socráticos*. Juiz de Fora: UJFJ, 2001.

SARATT, Newton et al. *Quarteirização: redefinindo a terceirização*. Porto Alegre: Badejo Editorial, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. *Revista Brasileira de Direito Público*, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, out. 2005. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15197-15198-1-PB.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico constitucional necessária e possível. *Revista Brasileira de Direito Constitucional - RBDC*, n. 9, p. 361-388, jan./jun. 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SCHMIDT, Martha H. F de Mendonça. A Organização Internacional do Trabalho: uma agência das nações unidas para a efetividade dos direitos trabalhistas. In: SENA, Adriana Goulart; DELGADO, Gabriela Neves; NUNES, Raquel Portugal (Coords.). *Dignidade humana e inclusão social: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2010.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de ‘trabalho’ na filosofia de Hegel e Marx. *Educação e Filosofia*, v. 27, n. 53, p. 88, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14991/12680>>. Acesso em: 16 jun, 2015.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. *Trabalho escravo no Brasil na atualidade*. São Paulo: LTr, 2001.

SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. Declaração dos princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT (1998) e seus obstáculos econômicos: análise sistêmica. In: GOMES, Ana Virgínia Moreira; FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues (Orgs.). *A Declaração de 1998 da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho: análise do seu significado e efeitos*. São Paulo: LTr, 2014. p. 46-50.

SEVERO, Valdete Souto. *Elemento para o uso transgressor do direito do trabalho: compreendendo as relações sociais no trabalho no Brasil e a função do direito diante das possibilidades de superação da forma capital*. 2015. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) – FADUSP, São Paulo, 2015.

SILVA, Benedicto. *Taylor e Fayol*. Rio de Janeiro: FGV, 1960.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Comentários à reforma trabalhista*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado: parte geral*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. *A principiologia do Direito do Trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTR, 1999.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. O estado atual do Direito do Trabalho. *Revista Latinoamericana de Derecho Social*, n. 1, p. 185-194, jul.-dic. 2005.

SILVA, Marcos. Calvino, inventor do capitalismo? Mairiporã: *Godspower*. 22 out. 2012. Disponível em: <<http://godspower7.blogspot.com.br/2012/10/calvono-inventor-do-capitalismo.html>>. Acesso em 25 maio 2015.

SILVA, Octávio Pinto e. Terceirização e a reforma trabalhista. *Revista do Tribunal Regional do trabalho da 15ª Região*, Campinas, n. 51, p. 167-182, 2017.

SILVA, Paulo Renato Fernandes da. *Cooperativa de trabalho, terceirização de serviços e do direito do trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017.

SILVA, Rogério Luiz Nery da; MASSON, Daiane Garcia. Direitos sociais e dignidade da pessoa humana: reflexões a partir de um conceito de mínimo existencial. In: ALEXY, Robert; BAEZ, Narciso Leandro Xavier, SILVA, Rogério Luiz Nery da. (Orgs.). *Dignidade humana, direitos sociais e não-positivismo inclusivo*. Florianópolis: Qualis, 2015.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da; ALMEIDA, Myrian Constantino de. Terceirização e quarteirização: indicativos estratégicos para implementação. In: *Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 21, . Rio das Pedras: ANPAD, 1997.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. Direitos fundamentais e liberdade sindical no sistema de garantias: um diálogo com Luigi Ferrajoli. *Revista da Faculdade de Direito de Campo*, ano VI, n. 6, p. 245-265, jun. 2005.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. Duas notas sobre tutelas laborais no multifacetado desenho do mundo do trabalho contemporâneo. *Revista TST*, Brasília, v. 74, n. 3, p. 121-148, jul./set. 2008.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. *Relações coletivas do trabalho: configurações institucionais no Brasil*. São Paulo: LTR, 2008.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; FIGUEIRA, Luiz Eduardo. A proteção na cultura jurídica trabalhista: revisão conceitual. *Revista dos Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 12, p. 305-306, jul./dez. 2012.

SILVA, Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. *Revista dos Tribunais*, n. 798, p. 23-50, 2002.

SILVA, Virgílio Afonso da. Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma dimensão. *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*, v. 1, p. 607-630, 2003.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SMARTLAB. Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho. *Total de Gastos da Previdência com Benefícios Acidentários*. MPT, 2017. Disponível em: <<https://observatoriosst.mpt.mp.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. v. I. Tradução de Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

SÓCRATES. *Os pensadores: vida e obra*. Consultoria: José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A fúria. *Revista LTr*, legislação do trabalho, São Paulo, v. 66, n. 11, p. 1287-1309, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Apresentação. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; GNATA, Noa Piatã Bassfeld (Orgs.). *Trabalhos marginais*. São Paulo: LTr, 2013. p. 7-21.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Capitalismo, crise e direito do trabalho. In: REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro (Orgs.). *Trabalho e justiça social: um tributo a Mauricio Godinho Delgado*. São Paulo: LTr, 2012. p. 105-114.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho*, v. I. São Paulo: LTr, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Curso de direito do trabalho: a relação de emprego*. v. II. São Paulo: LTr, 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *De novo a falácia da redução de direitos trabalhistas*. São Paulo: Blog da Boitempo, 23 maio 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/23/de-novo-a-falacia-da-reducao-de-direitos-trabalhistas/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Direito do trabalho e desenvolvimento econômico: um contraponto à teoria da flexibilização*. São Paulo, abr. 1999. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/uploads/5/3/9/1/53916439/direito_do_trabalho_e_desenvolvimento_econ%C3%94mico..pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História do direito do trabalho no Brasil: curso de direito do trabalho*. v. I, parte II. São Paulo: LTr, 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Manifesto contra o desmonte da Justiça do Trabalho e dos direitos trabalhistas*. São Paulo, 04 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.jorgesoutomaior.com/blog/manifesto-contra-o-desmonte-da-justica-do-trabalho-e-dos-direitos-trabalhistas>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *O direito do trabalho como instrumento de justiça social*. São Paulo: LTr, 2000.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. PL 4.330: Terceirização elimina responsabilidade social do capital. *Conjur*, São Paulo, 08 set. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-set-08/jorge-luiz-souto-maior-terceirizacao-elimina-responsabilidade-social-capital>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Terceirização da atividade-fim é o fim da terceirização. *Justificando*, São Paulo, 22 jun. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/22/terceirizacao-da-atividade-fim-e-o-fim-da-terceirizacao/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Velhas e novas ameaças do neoliberalismo aos direitos trabalhistas. *Revista Síntese trabalhista e previdenciária*, São Paulo: IOB, 2010, v. 27, n. 321, p. 51-112, mar. 2016.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto. A ‘reforma’ já era – parte V: MP 808, a balbúrdia total. São Paulo, 16 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-reforma-ja-era-parte-v-mp-808-a-balburdia-total>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SOUZA, Jessé. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, p. 129-158, jan./jul. 2013.

SOUZA, Sérgio Alberto. *Direito, globalização e barbárie: estudos críticos de temas de direito do trabalho e de direitos humanos sob a ótica de uma leitura não-liberal*. São Paulo: LTr, 1998.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. Tradução de João Paulo Moreira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 9-24, maio 2014.

STEELE, David N.; THOMAS, Curtis C. *Os cinco pontos do calvinismo*. Tradução de João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Seminário Simonton, 2013. Disponível em: <<http://www.seminariosimonton.com.br/documentos/os-cinco-pontos-do-calvinismo.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

STRECK, Lênio Luiz. Da crise da hermenêutica à hermenêutica da crise: compreendemos porque interpretamos ou interpretamos porque compreendemos? *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, n. 5, p. 241-292, 2009.

SUPIOT, Alain. *Crítica del derecho del trabajo*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales Subdirección General de Publicaciones, 1996.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de administração científica*. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TERCEIRIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: Uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: CUT, 2014. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimentolayout.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

THIRY-CHERQUES, Hermano Humberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 897-918, jul./ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a07.pdf>> acesso em: 27 jul. 2017.

TOMÁS DE AQUINO. *Os pensadores: vida e obra*. Consultoria de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TRINDADE, Rodrigo. *Lei nº 13.429 de 2017 e a intermediação de trabalho no Brasil: perspectivas políticas e hermenêuticas*. Porto Alegre: Amatra IV, 2017. Disponível em: <<http://www.amatra4.org.br/publicacoes/artigos/1235-lei-13-429-de-2017-e-a-intermediacao-de-trabalho-no-brasil-perspectivas-politicas-e-hermeneuticas>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0041.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

TUNES, Cássio Marcelo de Melo. *A Grécia antiga: aspectos geográficos e linguísticos*. Disponível em: <<http://historia1ano.blogspot.com.br/2011/03/15-grecia-antiga-i.html>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *Epicuro: o filósofo da alegria*. 4. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. O homem e a liberdade em Plotino. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 38, n. 160, p. 252-269, maio/ago. 2008.

UOL. Economia. *Trabalhador pode ter estabilidade de até 5 meses após suspensão do contrato*. São Paulo, 09 jan. 2009. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/planodecarreira/ultnot/infomoney/2009/01/09/ult4229u2225.jhtm>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

USP. Biblioteca Virtual de Direito Humanos. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em 27 dez. 2017.

VALLADÃO, Haroldo. Nonagésimo aniversário da Encíclica *Rerum Novarum* de sua Santidade o Papa Leão XIII. *Revista LTr*, legislação do trabalho, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 647-649, jun. 1981.

VATICAN. *Leo PP. XIII* - Gioacchino Pecci. 2017. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Antropologia filosófica I*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

VIANA, Eliete Augusta de Souza; MACHADO, Marília Novais da Mata. Sentido do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte. In: Congresso Una de Psicologia, I, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: UNA, 2009.

VIANA, Márcio Túlio. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado – o direito do trabalho no limiar do século XXI. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 37, p. 153-186, 2000. Disponível em: <<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/1145/1078>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

VIANA, Márcio Túlio. A terceirização revisitada – algumas críticas e sugestões para um novo tratamento da matéria. *Revista LTr*, legislação do trabalho, São Paulo, v. 77, n. 2, p. 142-148, fev. 2013.

VIANA, Márcio Túlio. Conflitos coletivos do trabalho. *Revista TST*, Brasília, v. 66, n. 1, p. 116-150, jan.-mar. 2000.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades de lutas operárias. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, n. 50, p. 239-264, jan.-jul. 2007.

VIANA, Márcio Túlio. O novo papel das convenções coletivas de trabalho: limites, riscos e desafios. *Revista TST*. Brasília, v. 67, n. 3, jul./set. 2001.

VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do direito. *Revista Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 37, n. 67, p. 117-144, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/73293/2003_viana_marcio_terceirizacao_sindicato.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. Sistema liberal e direito do trabalho. *Estudos Cebrap*, v. 8, p. 85-120, 1974. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/sistema_liberal_e_direito.pdf. Acesso em: 31 mar. 2016.

VIEIRA, Jorge Antônio Ramos. *Trabalho escravo: quem é o escravo, quem escraviza e o que liberta*. In: *Congresso Brasileiro de Magistrados*, 18, Salvador, 23 out. 2003. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/novosdireitos/trabalho_escravo/vieira_trabalho_escravo.pdf. Acesso em: 27 dez. 2017.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro. *Relação de emprego: estrutura legal e supostos*. São Paulo: Saraiva, 1975.

WARAT, Luiz Alberto. *O Direito e sua linguagem*. 2. versão. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 14. impr. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

WEBER, Max. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Tradução de Álvaro Cabral. 10. ed. São Paulo: Elsevier, 2003.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade. *Revista Sequência*, n. 53, p. 113-128, dez. 2006.

WOOD JR., Thomaz. Fordismo, toyotismo e volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 6-18, set./out. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n4/a02v32n4.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

WRIGHT, Olin. *Burocracia & Estado*. Tipos de Estado e estrutura jurídico-política capitalista na abordagem “estrutural marxista” (aula). 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/36711912/Aula-Teoria-do-Estado-Estrutural-Marxista>. Acesso em 10 out. 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMO, Silvana. Por que dizemos não ao PL 4330. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 01 abr. 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/por-que-dizemos-nao-ao-pl-4330/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 217, p. 67-79, jul./set. 1999.

ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação jurídica*. São Paulo: Landy, 2005.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. *O direito do trabalho como dimensão dos direitos humanos*. São Paulo: LTR, 2009.

ALVAREZ, Manuel S. B. *Terceirização: parceria e qualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

ALVES, Giovanni. Terceirização e o neodesenvolvimentismo no Brasil. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ALVES, Giovanni; MORAES, Lúvia. Trabalho e estratégias empresariais no capitalismo global toyotismo e ‘captura’ da subjetividade. *Revista Mediações*, Londrina, v. 11, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2006.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. v. 3. São Paulo: Boitempo, 2014 (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013 (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro et al. *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2006 (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Espectros, falácias e falésias. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 09 nov. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/11/1368894-ricardo-antunes-espectros-falacias-e-falesias.shtml/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O caracol e sua concha*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Século XXI: A nova era da precarização do trabalho? In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá (Org.). *Condições do Trabalho no limiar do século XXI*. Brasília: Época, 2008. p. 13-19.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; BRAGA, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ATIENZA RODRÍGUEZ, Manuel. *As razões do direito*. Teorias da argumentação jurídica: Perelman, Toulmin, MacCormick, Alexy e outros. 3. ed. São Paulo: Landy, 2003.

ATIENZA RODRÍGUEZ, Manuel. Entrevista a Robert Alexy. *Doxa*, n. 24, p. 670-687, 2001. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/10227/1/doxa24_27.pdf>. Acesso em 17 set. 2017:

BAENINGER, Rosana; LEONCY, Carla. Perfil dos estrangeiros no Brasil, segundo autorizações do trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001. p. 187-242.

BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo*. São Paulo: Fórum, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do Direito Constitucional do Brasil). In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (Coords.). *A constitucionalização do direito: Fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Antunes Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEAUD, Michel. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. 5. ed. São Paulo: EDIPRO, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral do direito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes 2010.

BOCORNÝ, Leonardo Raupp. *A valorização do trabalho humano no Estado Democrático de Direito*. São Paulo: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

BONASSIE, Pierre. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

BORGES, Livia de Oliveira. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. *Revista Administrativa Contemporânea*, Curitiba, v. 3, n. 3, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65551999000300005>>. Acesso em: 19 maio 2015.

BOTELHO, Adriano. *Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital*. São Paulo: Annablume, 2008.

BOULOS, Guilherme. Querem acabar com a CLT. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2015/03/1607934-querem-acabar-com-a-clt.shtml/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4330, de 2004 e apensos*. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Brasília, 2004. Disponível em:

<www.camara.gov.br/%2FproposicoesWeb%2Ffichadetramitacao%3FidProposicao%3D267841&usg=AOvVaw1YIjja39QbAeQOOTHZNE6_>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRITO, Cezar. Aspectos históricos e ideológicos na construção do Direito do Trabalho. *Revista TST*, Brasília, v. 78, n. 1, p. 46-66, jan./mar. 2012.

BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAIRO JR., José. *Curso de direito do trabalho*. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2011.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. *Terceirização e intermediação de mão de obra: ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARMO, Júlio Bernardo do. *Precarização do direito do trabalho: terceirização*. Belo Horizonte: TRT3, p. 1-6, 2011. Disponível em: <https://www.trt3.jus.br/download/artigos/pdf/283_precarizacao_direito_trabalho.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

CARMO, Júlio Bernardo do. Terceirização ilícita no âmbito das empresas de telecomunicações e a liminar concedida na Reclamação STF nº 10.132 – Paraná. *Revista TST*, Brasília, v. 77, n. 1, p. 17, p. 17-31, jan./mar. 2011.

CASTRO, Rubens Ferreira de. *A Terceirização no direito do trabalho*. São Paulo: Malheiros, 2000.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CENCI, Adriane. O conceito de trabalho em Vygotski: apropriação e desenvolvimento das proposições de Marx/Engels. *Trabalho Necessário*, ano 10, n. 15, p. 1-16, 2012.

Disponível em:

<<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1504%20Ensaio%20Adriane%20Cenci.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CLÈVE, Clémerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 14, n. 54, p. 28-39, jan./mar. 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. Terceirização: o risco de a Constituição de 1988 não valer para os trabalhadores. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 01 maio 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/terceirizacao-o-risco-de-a-constituicao-de-1988-nao-valer-para-os-trabalhadores/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

COUTURIER, Gerard. *Droit du travail: Les relations individuelles de travail*. 3. ed. Paris: PUF, 1996.

CRUZ, Luiz Guilherme Ribeiro da. A Terceirização trabalhista no Brasil: aspectos gerais de uma flexibilização sem limite. *Revista do CAAP*, n. 1, p. 319-343, 2009.

DELGADO, Gabriela Neves. *Terceirização: paradoxo do direito do trabalho contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2004.

DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. A inconstitucionalidade da terceirização na atividade-fim: o valor social da livre iniciativa e a função social da empresa. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: <<https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2015/04/artigo-terceirizacao-gabriela-delgado-e-helder-amorim-2014.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução*. São Paulo: LTR, 2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Democracia e justiça: sistema judicial e construção democrática no Brasil*. São Paulo: LTr, 1993.

DELGADO, Mauricio Godinho. Responsabilidade trabalhista do tomador da obra ou serviço. *Revista LTR*, legislação do trabalho, São Paulo, ano 55, n. 10, p. 1181-1185, out. 1991.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *Constituição da República e direitos fundamentais*. São Paulo: LTr, 2013.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. *Interações*, v. XI, n. 21, São Paulo: Universidade São Marcos, p. 121-142, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v11n21/v11n21a07.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

DRUCK, Maria da Graça. A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL 4.330. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 01 abr. 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/a-terceirizacao-no-setor-publico-e-a-proposta-de-liberalizacao-da-terceirizacao-pelo-pl-4330/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no ocidente medieval*. v. 1-2. Lisboa: Edições 70, 1987-1988.

DUBY, Georges. *Idade Média na França*. De Hugo Capeto a Joana D'Arc. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DUBY, Georges. *Senhores e camponeses*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípios*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ESPADA, Cinthia Maria da Fonseca. *O princípio protetor do empregado e a efetividade da dignidade da pessoa humana*. São Paulo: LTr, 2008.

FARIA, A. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, Heloísa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/Cedi-Nets, 1994. p. 41-61.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Terceirização para todos. Bom para quem? *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 01 abr. 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/01/terceirizacao-para-todos-bom-para-quem/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*. 3. ed. São Paulo: TR, 2010.

FILGUEIRAS, Vítor Araújo. *Estado e direito do trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2008*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufba.br/main.asp?view=Detalha.dissertacao&id=591>>. Acesso em: 27 jun. 2105.

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade*. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FOURQUIN, Guy. *Les compagnes de la région parisienne à la fin du Moyen Âge*. Paris: Sorbonne, 1964.

FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1987.

FRASER, Nancy. Igualdade, identidades e justiça social. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, v. 59, 01 jun. 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/igualdade-identidades-e-justica-social/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

FREITAS JÚNIOR, Antônio Rodrigues de. *Direito do trabalho e humanos*. Belo Horizonte: BH, 2006.

FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta. Artigo 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST: poderia ser diferente? *Revista TST*, Brasília, v. 77, n. 1, p. 32-53, jan./mar. 2011.

GOÉS, Guilherme Sandoval. Neoconstitucionalismo e dogmática pós-positivista. In: BARROSO, Luís Roberto (Org.) *A reconstrução democrática do direito público no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 113-150.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAU, Eros. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GRAU, Eros. *O direito posto e o direito pressuposto*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HART, Herbert L.A. *O conceito do direito*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HILTON, Rodney. Capitalismo – o que representa esta palavra? In: SWEEZY, Paul et al. (Orgs.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 183-199.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. *Revolucionários: Ensaio Contemporâneos*. Tradução de João Carlos Vitor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JEAMMAUD, Antoine; SUPIOT, Alain; PÉLISSIER, Jean. *Précis droit du travail*. 20. ed. Paris: Dalloz, 2000.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

KUHN, Thomas S. *O Caminho desde a estrutura*. São Paulo: UNESP, 2006.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. eBooksBrasil, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/direitopreguica.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

LANDES, David Saul. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Tradução de Álvaro Cabral. 10. ed. São Paulo: Elsevier, 2003.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. v. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na idade média*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LE GOFF, Jacques. *Uma vida para a história*. Conversações com Marc Heurgon. São Paulo: Unesp, 1998.

LENZA, Pedro. *Direito constitucional esquematizado*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LESSA, Sérgio. *A ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1997.

LIMA NETO, Arnor. *Cooperativas de trabalho*. Curitiba: Juruá, 2004.

LIMA, Eunice. *Toyotismo no Brasil: o desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LIMA, Leonardo Tibo Barbosa. *Teoria do conflito: rumo a um novo direito coletivo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2016.

LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*. Segundo tratado sobre o governo. Ensaio acerca do entendimento humano. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MACHADO, Sidnei. A regulação da terceirização no Brasil: pontos críticos. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, abr. 2015. Disponível em: <https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2015/04/a-regulacao-da-terceirizacao-no-brasil-pontos-criticos_artigo-sidnei-machado.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MAGANO, Octavio Bueno. La determinación de la norma más favorable. *Congreso Ibero-Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social*, 10, tema I, Montevideo, 1989.

MALLET, Estevão. *Ensaio sobre a interpretação das decisões judiciais*. São Paulo: LTR, 2009.

MARCHALEK, Cleverson Regis Lino. *Estudo das lacunas de percepção no relacionamento empresa-terceirizado*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – PUC-PR, Curitiba, 2005. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp001604.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

MELLO, Ricardo. Retrocesso trabalhista. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 06 abr. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/dossie-terceirizacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MELO, Raimundo Simão de. A necessária revisão da súmula 331 do TST diante do novo Código Civil. *Academia Brasileira de Direito do Trabalho*. São Paulo: ANDT, 01 set. 2010. Disponível em: <http://www.andt.org.br/f/85225826_A_NECCESSARIA_REVISAO_DA_SUMULA_331_DO_TST_DIANTE_DO_NOVO_CODIGO_CIVIL.pdf>. Acesso em 15 jun. 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de Direito Constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011.

NICHOLAS, David. *A evolução do mundo medieval*. Sociedade, governo e pensamento na Europa: 312-1500. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.

OHNO, Taiichi. *O sistema toyota de produção: além da produção em larga escala*. Tradução de Cristina Schumacher. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

OKIN, Susan Moller. *Justice, gender, and the family*. Washington: Library of Congress Cataloging-in-Publication, 1989.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo Vieira de. Campo de aplicação do direito do trabalho – sujeitos: empregador e empregado. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Orgs.). *Curso de direito do trabalho: direito individual do trabalho*. v. II. São Paulo: LTR, 2008. p. 54-85.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo Vieira de. Princípio da proteção da dignidade e da intimidade do trabalhador. In: NAHAS, Tereza (Org.). *Princípios de direito do trabalho e processo do trabalho: questões atuais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p.155-177.

OLIVEIRA, Terezinha. Considerações sobre o trabalho na idade média: intelectuais medievais e historiografia. *Revista de História*, São Paulo: USP, n. 166, p. 109-128, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285025368005>>. Acesso em: 15 maio 2015.

PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: Teoria e Prática*. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PASOLD, Cesar Luiz. Novos direitos: conceitos operacionais e cinco categorias que lhe são conexas. *Revista Sequência*, n. 50, p. 225-236, jul. 2005.

PASOLD, Cesar Luiz. *Prática da pesquisa jurídica: ideias e ferramentas úteis ao pesquisador do direito*. 9. ed. Florianópolis: OAB, 2003.

PERNOUD, Régine. *Luz sobre a idade média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

POLONIO, Wilson Alves. *Terceirização: aspectos legais, trabalhistas e tributários*. São Paulo: Atlas, 2000.

RANIERI, Jesus. *Trabalho e dialética - Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.

REALE, Miguel. *Fontes e modelos do direito: para um novo paradigma hermenêutico*. São Paulo: Saraiva, 1994.

REZENDE, Wilson. Terceirização: *A integração acabou?* Revista de Administração de Empresas – FGV/SP, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 6-15, out./dez. 1997.

RICOUER, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Tradução de Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. Terceirização - aspectos jurídicos-responsabilidades - Direito Comparado. *Revista LTR*, legislação do trabalho, São Paulo, v. 58, n. 8, p. 938-948, ago. 1994.

RUBIN, Isaak Illick. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SALERNO, Mário. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena (Org.). *Sobre o 'modelo' japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência***. (Para um novo senso comum – a ciência, o direito e a política na transição paradigmática). São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. *O microssistema da tutela coletiva: parcerização trabalhista*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2013.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos; SILVA, Otávio Pinto e. *Temas controvertidos do direito coletivo do trabalho no cenário nacional e internacional*. São Paulo: LTr, 2006.

SANTOS, Rone Eleandro dos. Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de György Lukács. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 2, p. 86-100, 2009. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art6-rev2.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SEVERO, Valdete Souto. *Crise de paradigma do direito do trabalho moderno - A Jornada*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2009.

SILVA, Antônio Álvares da. *Globalização, terceirização e a nova visão do tema pelo Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: LTr, 2011.

SILVA, Ciro Pereira da. *A Terceirização responsável: modernidade e modismo*. São Paulo: LTr, 1997.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado: parte geral*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017

SILVA, Homero Batista Mateus da. *E agora, Tarsila?* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, Josué Pereira da. *O “Adeus ao proletariado” de Gorz, vinte anos depois*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 161-174, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n48/a09n48.pdf>>. Acesso em 23 jul. 2015.

SILVA, Otávio Pinto e. *Subordinação, autonomia e parassubordinação nas relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2004.

SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais e relações entre particulares. *Revista Direito FGV*, v. 1, n. 1, p. 173-180, maio 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Virgílio Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. *Revista do Direito do Estado*, n. 4, p. 23-51, out./dez. 2006.

SIQUEIRA, Germano Silveira de. Há no projeto de lei sobre terceirização ampla ‘disputa por dinheiro’. *Conjur*, São Paulo, 06 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-abr-06/germano-siqueira-pl-terceirizacao-disputa-dinheiro/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e direitos humanos. *Caderno de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n. 104, Direitos Humanos, Cidadania e Educação, p. 1-11, 1998.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. A exploração capitalista ou a mais valia revelada em Marx no livro I ‘O Capital’. *Revista Novos Rumos*, v. 01, n. 03, jul.-set. 1986. Disponível em: <http://cenasecoisasdavidia.blogspot.com.br/2008/09/artigos_22.html>. Acesso em: 24 maio 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A terceirização e a lógica formal. In: SENA, Adriana Goulart de; DELGADO, Gabriela Neves (Org.). *Dignidade humana e inclusão social: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr, 2010. p. 23-32.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Aprovação do PL 4.330/04: um legado (também) da Copa. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Aprovacao-do-PL-4-330-04-um-legado-tambem-da-Copa>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. PL 4.330/04: maldade explícita e ilusão. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 06 abr. 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/06/pl-4-33094-maldade-explicita-e-ilusao/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *PL 4330, o Shopping Center Fabril: Dogville mostra a sua cara e as possibilidades de redenção*. São Paulo: Blog da Boitempo, 16 ago. 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/16/pl-4-330-o-shopping-center-fabril-dogville-mostra-a-sua-cara-e-as-possibilidades-de-redencao/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Terceirização, corrupção, impeachment e hipocrisia. *Blog.Esquerdaonline*, 13 mar. 2015. Disponível em: <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=3007>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Terceirização: desabafo, desmascaramento e enfrentamento. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/dossie-terceirizacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Trabalho descentralizado. A terceirização sob uma perspectiva humanista. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Porto Alegre, v. 70, n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2004.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. *Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho*. v. I. São Paulo: LTR, 2007.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. *Curso de direito do trabalho: direito individual do trabalho*. v. II. São Paulo: LTr, 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; GNATA, Noa Piatã Bassfeld (Orgs.). *Trabalhos marginais*. São Paulo: LTr, 2013.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. *Instituições de direito do trabalho*. 19. ed. São Paulo: LTr, 2000.

THOME, Candy Florencio et al. *Direito coletivo do trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TREVELYAN, George Macaulay. *História concisa da Inglaterra*. Lisboa: Publicações Europa-América, v. 1, s.d.

TRIGINELLI, Daniel Handan; SOUSA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. Estudos sobre a centralidade do trabalho na produção de conhecimento em György Lukács. *Estudos do Trabalho*, ano VI, n. 10, p. 1-12, 2012. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/estudos.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2015.

TUCHMAN, Bárbara W. *Um espelho distante: o terrível século XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

VIANA, Márcio Túlio. As várias faces da terceirização. *Revista da Faculdade de Direito do UFMG*, Belo Horizonte, n. 54, p. 141-156, jan./jun. 2009.

VIANA, Márcio Túlio. O que é terceirização? A terceirização em perguntas e respostas: tentando diminuir as confusões. *Dossiê: Não ao PL 4330 da terceirização*. São Paulo: Boitempo, 01 abr. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/dossie-terceirizacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

VIANA, Márcio Túlio; DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. Terceirização: aspectos gerais. A última decisão do STF e a súmula nº 331 do TST. Novos enfoques. *Revista TST*, Brasília, v. 77, n. 1, p. 54-84, jan./mar 2011.

VIDAL NETO, Pedro. Aspectos jurídicos da terceirização. São Paulo: *Revista de Direito do Trabalho*, n. 80, p. 23-30, 1992.

WILDE, Oscar. *A alma do homem sob o socialismo*. Tradução de Mia Wallace e Vincent Vega. Porto Alegre: L&PM, 2004. Disponível em: <[https://libcom.org/files/WILDE, Oscar. A alma do homem sob o socialismo.pdf](https://libcom.org/files/WILDE,Oscar.A%20alma%20do%20homem%20sob%20o%20socialismo.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2015.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.